



Ata da 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Contas e Atos Administrativos, realizada em 10 de outubro de dois mil e catorze, em Florianópolis - SC.

1 **Abertura dos trabalhos: 1.1- 1ª CHAMADA:** Aos dez dias do mês de outubro de dois
2 mil e catorze, às dez horas, a Comissão de Contas e Atos Administrativos do Conselho
3 de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Santa Catarina – CAU/SC, reuniu-se na sede
4 do Conselho Regional de Administração, na Cidade de Florianópolis – SC. **2 –**
5 **VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM: 2.1 PRESENTES:** O Conselheiro Giovani Bonetti
6 (Coordenador adjunto), o Conselheiro Convidado José Pedro Semmer, o Conselheiro
7 Décio Gomes Góes, o Gerente Geral Marcio Bittencourt, a Gerente Financeiro Fernanda
8 Maria Pires, a Gerente Administrativo Talitha Roberta Bonfatti, o Analista Financeiro
9 Filipe Lima Rockenbach e o Assistente Administrativo Lucas Sottili de Matos. **2.2 -**
10 **MEMBROS QUE SOLICITARAM DISPENSA:** O Conselheiro André Luiz Serafim
11 justificou sua ausência. Após verificação e constatação da existência de quórum, o
12 Coordenador Adjunto Giovani Bonetti fez a abertura da reunião agradecendo a
13 presença de todos e fazendo a leitura da ordem do dia: **3. Aprovação “Súmula das**
14 **Atas das reuniões anteriores”:** **3.1. Extra Pauta 3.1.1. Local de trabalho dos**
15 **advogados:** Antes de iniciar a leitura da ata anterior, o Conselheiro Giovani sugeriu a
16 inclusão de mais um assunto extra pauta que tratava da deliberação realizada pela
17 Comissão de Ética nº. 4, de 9 de outubro, que permitia o Analista Jurídico Guilherme
18 desempenhar seus trabalhos junto a CED/SC de forma externa, estando dispensado de
19 sua jornada laboral, diante seu apontamento de não haver local adequado e compatível
20 na sede do CAU/SC para as análise dos processos éticos. Não obstante, Cons. Giovani e
21 os demais membros não concordaram com a deliberação que poderia determinar um
22 precedente aos demais funcionários e pontuaram que a CED/SC não possui
23 competência para deliberar sobre questões administrativas e financeiras do CAU/SC.
24 Em tempo, Giovani salientou que tal solicitação deveria ser realizada pela Gerência
25 Geral, uma vez que compete a assuntos de ordem funcional. O Conselheiro Décio
26 ressaltou que na administração pública esse procedimento não é permitido. Assim,
27 deliberou por revogar a decisão da CED/SC e determinou que o Analista Jurídico
28 Guilherme Dutra exercesse sua carga-horária normal conforme seu contrato de
29 trabalho, bem como suas atribuições dentro da sede do CAU/SC, em conjunto com os
30 setores administrativo e financeiro. **3.2. Aprovação “Súmula das Atas das reuniões**
31 **anteriores”:** **3.2.1. Aprovação da Ata da Nona reunião ordinária (12/09/2014):** O
32 Conselheiro Giovani prosseguiu com a leitura da ata da 9ª reunião da CCAA realizada
33 no dia 12/09/2014 e questionou sobre o processo de implantação da ginástica laboral,
34 sendo informado pela Gerente Talitha de que o processo está encaminhado, sendo
35 previsto um custo aproximado de trezentos e oitenta reais (R\$ 380,00) mensais pelos
36 serviços. Diante desta informação, a comissão sugeriu que, durante a época de
37 reforma, a ginástica laboral fosse realizada nas duas sedes do CAU/SC, de modo a
38 promover a saúde ocupacional e a interação dos empregados. Em seguida, Giovani
39 perguntou se os empregados foram informados sobre os procedimentos de redução do
40 valor do vale alimentação a partir da entrada dos empregados concursados. Talitha
41 salientou que os empregados foram informados e que houve questionamentos
42 referente a redução. Entretanto, o Cons. Giovani ponderou a necessidade de uma

**Continuação da Ata da 10ª Reunião ordinária da Comissão de Contas e Atos Administrativos**

43 reunião com os empregados, na qual sejam esclarecidos os motivos e razões desta
44 redução que estão diretamente ligados as questões orçamentárias do Conselho.
45 Outrossim, ressaltou a importância de tratar coletivamente questões como essa. Em
46 seguida, ao ler sobre os ajustes da Segunda Reprogramação, Giovani frisou, solicitando
47 novamente o registro em ata, que não se pode enviar qualquer relatório ao CAU/BR
48 sem prévio conhecimento e análise da CCAA, uma vez que esta é responsável por esses
49 assuntos, podendo ser acusada de omissão em caso de problemas futuros.
50 Prosseguindo, Fernanda apresentou as planilhas referentes aos impactos – nos Planos
51 de Ação - das alterações na segunda reprogramação orçamentária do ano de dois mil e
52 quatorze, decorrentes das inconsistências de lançamentos da RG contabilidade. Giovani
53 questionou sobre o detalhamento da inconsistência. Fernanda explicou que a RG
54 Contabilidade efetuou os lançamentos referentes às férias de funcionários apenas no
55 módulo contábil, sem efetuar os lançamentos no módulo orçamentário, ocasionando
56 um cenário de orçamento a descoberto. Márcio complementou a explicação sobre as
57 transposições. Giovani, então, ressaltou que somente poderia se realizar transposição
58 de um item para outro com conhecimento e anuência da CCAA e informou que não teve
59 conhecimento até então. Fernanda confirmou a todos que a comissão não tinha
60 conhecimento sobre as transposições. Giovanni, então, destacou que esse
61 procedimento trata-se de uma questão legal e não está sendo respeitado pelas
62 gerências do CAU/SC. Posteriormente, Giovani e Márcio discutiram sobre as portarias
63 normativas para regular as atividades do CAU/SC, decidindo os membros da Comissão
64 em tratar esse assunto em outra oportunidade. Prosseguindo, Fernanda apresentou as
65 mudanças nos valores dos itens orçamentários, bem como informou que fora efetuada
66 uma notificação à RG contabilidade. Conselheiro Décio questionou se os ajustes
67 efetuados permitirão que haja destinações orçamentárias para o pagamento da folha
68 de pagamento do ano de dois mil e quatorze. O gerente geral Márcio respondeu que,
69 em princípio, não faltará recursos e aproveitou para informar que realizou uma
70 consulta sobre as demissões dos empregados Gustavo Souza Santos, Sabrina Martins
71 Fortunato e Stephanie Lobato, os quais não poderão ser demitidos até o final do
72 período eleitoral, incluindo nessa proibição o aviso prévio. Márcio, assim, trouxe a
73 possibilidade de negociar o aviso prévio, mas o conselheiro Décio afirmou que não
74 seria necessário, e o conselheiro Giovani replicou dizendo que o CAU/SC não precisaria
75 correr um risco desses. Desta forma, os membros da comissão concordaram em
76 realizar o aviso prévio em primeiro dia útil de janeiro do ano de dois mil e quinze e que
77 aquele seja trabalhado. Giovani terminou a leitura, solicitando a correção na linha
78 cento e vinte e quatro, alterando o nome do coordenador da reunião de Giovani Bonetti
79 para André Luiz Serafim. **3.2.2 Aprovação da Ata da quarta reunião extraordinária**
80 **(16/09/2014):** O conselheiro Giovani prosseguiu com a leitura da ata da 4ª reunião
81 extraordinária da CCAA realizada no dia dezesseis de setembro de dois mil e quatorze.
82 Durante a leitura, Giovani questionou sobre o que ainda falta ser disponibilizado no
83 site para atender aos requisitos da Lei 12.527/2011 – Lei de acesso à informação,
84 estipulando o prazo de dia quinze de outubro de dois mil e quatorze para a adequação
85 total do site do CAU/SC à referida Lei. Em seguida, Giovani abordou questões sobre o
86 planejamento estratégico, realizando explicação sobre as decisões da ata
87 extraordinária anterior. Posteriormente, Décio perguntou sobre a discussão do CAU –
88 Colegiado das Entidades de Arquitetura e Urbanismo – sendo informado, pelo Márcio,
89 que será enviado novo ofício. Giovani sugeriu que esse assunto fosse tratado como

**Continuação da Ata da 10ª Reunião ordinária da Comissão de Contas e Atos Administrativos**

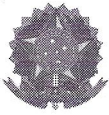
90 extra pauta, sendo acompanhado pelos demais membros. Posteriormente, Giovanni
91 indagou sobre os treinamentos realizados e manifestou a necessidade de criar uma
92 cultura de *feedback* dentro do CAU/SC. Por fim, Giovanni terminou a leitura e prosseguiu
93 com o comando da reunião. **4. Comunicados da Coordenação e dos Conselheiros**
94 **Membros da Comissão:** Não houve. **5. Leitura de extrato de correspondências**
95 **expedidas ou recebidas:** Giovanni questionou sobre as correspondências expedidas
96 ou recebidas, sendo decidido trata-las em assunto extra pauta. **6. Discussão dos**
97 **assuntos da pauta:** **6.1. Aprovação dos Relatórios Gerenciais;** O conselheiro
98 Giovanni deu continuidade à reunião e solicitou que a Gerente Talitha Roberta Bonfatti
99 apresentasse o Relatório Administrativo. **6.1.1. Relatório Administrativo:** Talitha
100 iniciou a apresentação do relatório, informando sobre as contratações de novos
101 empregados da Gerência Técnica e a rescisão da Arquiteta Fiscal Bárbara Konzen que
102 foi homologada no sindicato dos arquitetos (SINDARQ), bem como o término da licença
103 maternidade e a programação de férias da empregada Stephanie Lobato. Talitha
104 explanou sobre as avaliações de desempenho dos concursados, indicando que todos
105 receberam nota superior a sete e, conseqüentemente, foram aprovados e tiveram seus
106 contratos assinados. Em seguida, a Gerente Administrativo informou que o controle de
107 jornada no REP – Registro Eletrônico de Ponto otimizou o processo de análise e
108 conferência do Cartão Ponto. Giovanni aproveitou e explicou aos demais conselheiros
109 sobre a compra de um segundo ponto eletrônico para ser utilizado na sede temporária
110 durante a reforma. Continuando, Talitha explicou sobre o controle de ponto através do
111 GPS, o qual apenas poderá ser utilizado como complemento/forma acessória ao
112 controle ponto. Diante disso, Talitha recomendou que o controle ponto dos Fiscais
113 fosse realizado em papeleta, porém podemos trabalhar nesta sistemática de
114 acompanhamento através do relatório de fiscalização junto a Gerência Técnica, pelo
115 sistema IGEO que permite gerar informações como a rota realizada e acompanhada em
116 tempo real e ainda pelo SICCAU. Giovanni acrescentou que, nas regionais, o assistente
117 técnico poderia auxiliar no controle de jornada dos fiscais. Na sequência, Talitha
118 apresentou o programa de treinamento elaborado para o CAU/SC. Giovanni indagou
119 sobre o repasse do treinamento aos demais empregados, sugerindo que houvesse uma
120 reunião quinzenal para repasse das informações referentes aos treinamentos
121 efetuados. Lucas explicou sobre a função do facilitador do treinamento em cada área.
122 Neste sentido, o Coordenador Adjunto esclareceu que essa reunião quinzenal serviria
123 para que todos os empregados tenham *feedbacks* sobre os treinamentos, de modo que
124 se incentive o trabalho em equipe dentro do CAU/SC e que se evite a segmentação dos
125 assuntos. Em seguida, Talitha explanou sobre a mudança no atendimento do CAU/SC,
126 que passou a ser realizado pelos assistentes técnicos concursados. Fernanda ressaltou
127 que essa mudança melhorou a qualidade do atendimento. Prosseguindo, Talitha
128 informou como fora realizado o pagamento das horas extras dos empregados
129 temporários que foram demitidos, explicando a forma de cálculo utilizada e
130 ressaltando as mudanças provenientes da criação da portaria normativa sobre o
131 controle de jornada. Sobre o tema, Giovanni questionou acerca da existência de ações
132 trabalhista. Quanto às horas extras, fora informado de que até o momento não havia
133 ações contra CAU/SC. Já em relação a outros assuntos trabalhistas, Fernanda avisou o
134 conselheiro acerca da existência de uma ação trabalhista promovida pelo João
135 Edmundo Bohn Neto, exonerado do cargo de Assessor Especial do CAU/SC em
136 fevereiro de 2014. Talitha e Fernanda realizaram explicações sobre essa ação e

**Continuação da Ata da 10ª Reunião ordinária da Comissão de Contas e Atos Administrativos**

137 propuseram que seja enviada uma explicação oficial pelo setor jurídico. Assim, Giovani
138 solicitou que o Analista Jurídico Gustavo Souza Santos relate, por e-mail, a ação
139 trabalhista em questão aos conselheiros. Em seguida, a Gerente Administrativo
140 apresentou as aquisições efetuadas e previstas, dentre as quais se destacam a compra
141 do novo REP e de livros para capacitação. Continuando, Talitha relatou a respeito da
142 contratação de empresas de telefonia para elaboração do termo de referência, bem
143 como sobre a existência de dois equipamentos do patrimônio que estão inservíveis –
144 uma central telefônica e um ar condicionado. Talitha informou também que ainda não
145 se definiu a destinação destes itens. Fernanda questionou se essa não seria uma
146 atribuição da CCAA. Márcio e Talitha informaram que os procedimentos de destinação
147 de materiais inservíveis/imobilizado serão definidos em portaria própria. Giovanni
148 perguntou quando o setor administrativo terá uma relação dos bens inservíveis.
149 Talitha comunicou que já fora realizado um levantamento de todos os bens. O
150 conselheiro Giovani questionou se na portaria será especificado um item para tratar
151 sobre destinação de material imobilizado e se a portaria iria passar pela aprovação da
152 CCAA. Márcio respondeu positivamente. Sobre o destino, Décio questionou como seria
153 realizado e lembrou, com concordância do Giovani, que a forma permitida em lei é o
154 leilão. Márcio disse que, na elaboração da portaria, esse assunto será estudado. Giovani
155 reforçou a necessidade de esse assunto ser finalizado até o final da atual gestão.
156 Concluindo assim, o relatório restou aprovado. **6.1.2. Relatório Financeiro:** A Gerente
157 Financeira Fernanda Maria Pires começou a apresentação do relatório financeiro
158 justificando o envio tardio deste aos conselheiros. Em seguida, efetuou apresentação
159 detalhada das receitas realizadas em setembro, em conjunto com o histórico de
160 receitas dos últimos seis meses. Igualmente, Fernanda informou aos conselheiros que
161 no mês de setembro o CAU/SC recebera receitas provenientes de Direito Autoral . O
162 conselheiro Décio solicitou esclarecimentos acerca desse assunto. Márcio realizou a
163 explicação detalhada sobre o processo e enfatizou que este ainda era um procedimento
164 novo. Prosseguindo, a Gerente Financeira demonstrou as despesas ocorridas no mês de
165 setembro, com destaque ao aumento provocado pelas diárias referente aos
166 empregados que participaram de treinamentos, como o de IGEO para funcionários da
167 Gerência Técnica, e o Encontro de Contadores, Encontro de Gestores Financeiros, e 2º
168 Seminário Nacional de Planejamento Estratégico do CAU/BR para funcionários da
169 Gerência Financeira, todos realizados em Brasília. Ainda sobre as despesas, Fernanda
170 evidenciou as alterações orçamentárias em virtude da falha da RG contabilidade,
171 obrigando o CAU/SC a refazer os lançamentos de férias em conta apropriada, uma vez
172 que tinham sido lançadas em conjunto com os salários. Ao ser questionada pelo
173 Giovani, Fernanda frisou que não houve alteração na parte contábil, somente no
174 orçamento. Em seguida, a Gerente Financeira discursou sobre os processos internos
175 inerentes ao Ressarcimento, detalhando as fases de análise e atendimento. Fernanda
176 apresentou os dados referentes ao atendimento das tramitações pendentes, das quais
177 72 foram despachadas. Sobre o tema, Fernanda salientou que o grande problema desse
178 processo é o retrabalho, provocado, por exemplo, por dados bancários errados e pela
179 falta de informação do sacado alternativo. Giovani, então, sugeriu separar e destacar
180 quais são os problemas provocados pelo sacado alternativo, expondo sua preocupação
181 de não transmitir aos arquitetos a sensação de que o CAU/SC esteja agindo com
182 omissão. Igualmente, o conselheiro Giovani solicitou que sejam evidenciadas as partes
183 do processo de responsabilidade do CAU/SC e as partes de responsabilidade dos

**Continuação da Ata da 10ª Reunião ordinária da Comissão de Contas e Atos Administrativos**


184 arquitetos, com o cuidado de não burocratizar demasiadamente o ressarcimento.
185 Aproveitando, Fernanda, com intuito de agilizar o processo e satisfazer o interesse do
186 profissional, propôs duas deliberações: 1) Permitir a efetivação do ressarcimento ao
187 Arquiteto quando este possuir declaração autorizativa do sacado alternativo; 2) Dar
188 autonomia ao Gerente Financeiro para despachar diretamente os processos de
189 ressarcimento. Giovanni lembrou que o Cargo de Gerente trata-se de um cargo de
190 confiança e, por isso, concordou com as deliberações propostas, com anuência dos
191 demais conselheiros. Todavia, por questões de segurança, houve a solicitação de que
192 seja efetuada uma consulta ao setor Jurídico. Posteriormente, Fernanda apresentou os
193 relatórios do ressarcimento, expondo os motivos dos pagamentos e das pendências.
194 Em seguida, informou que no 2º Seminário Nacional de Planejamento Estratégico do
195 CAU/BR, foi apontado, com preocupação, a falta de acompanhamento da execução
196 orçamentária, e por conseguinte, não condizente com o planejamento. Também por
197 isso, sugeriu a elaboração de uma cartilha do conselheiro para que entendam as suas
198 atribuições. O conselheiro Giovanni frisou que politicamente essa ação poderia causar
199 um desconforto, mas sugeriu que a cartilha deveria ser elaborada para cada comissão
200 ordinária e não de forma genérica. O conselheiro José Pedro Semmer recomendou a
201 realização de um Congresso. O Coordenador Adjunto lembrou da advogada Drª Luiza
202 Gamba para realização de uma palestra, na qual seja apresentada o regimento interno
203 do CAU/SC, para então ser entregue a cartilha. Contribuindo, Fernanda também
204 sugeriu que trimestralmente ocorra uma reunião ampliada com os coordenadores das
205 comissões para alinhamento de diretrizes. Giovanni lembrou da necessidade de
206 especificar as atribuições de cada comissão, as quais devem ter efetividade pelo Estado
207 inteiro. Depois de debaterem sobre o assunto, os componentes da mesa concordaram
208 que no primeiro trimestre do novo mandato de conselheiros seja realizado um
209 seminário sobre a dinâmica de funcionamento do Conselho. Concluindo assim, o
210 relatório restou aprovado. **6.2 Cronograma das Portarias Normativas:** Em seguida,
211 apresentou-se o cronograma das portarias normativas identificadas - 1) Compras,
212 Contratos e Licitações; 2) Cargos Comissionados e funções gratificadas; 3) Frequência,
213 Pontualidade e concessão de férias dos empregados; 4) Gestão Patrimonial do CAU/SC;
214 5) Gestão da Execução Orçamentária. Ao analisá-lo, o Coordenador Adjunto questionou
215 o motivo da falta de datas no documento. O gerente geral Márcio Bittencourt explicou
216 que a conclusão das portarias normativas depende de aprovação da comissão, bem
217 como apresentou o fluxo do processo de aprovação de portarias do CAU/SC. O
218 conselheiro Giovanni solicitou que as portarias normativas, com exceção do referente à
219 Gestão da Execução Orçamentária, sejam adiantadas para o dia 14 de novembro de
220 2014. Neste momento, Giovanni indagou sobre o atraso da normativa referente aos
221 Cargos Comissionados, sendo respondido pelo Márcio de que a tramitação foi
222 interrompida em virtude do TAC - Termo de Ajuste de Conduta. Aproveitando o
223 assunto, o Gerente Geral explanou a respeito das alterações do TAC. Giovanni, então,
224 lembrou que a partir do ano que vem, um percentual dos cargos comissionados será
225 destinado aos empregados concursados, uma vez que, independentemente da
226 existência do TAC, o CAU/SC tem que respeitar as regras da Administração Pública.
227 Assim, os membros da mesa solicitaram que a referida portaria seja elaborada em
228 conformidade com as regras da Administração Pública. Por fim, Márcio informou que
229 não houve alteração referente aos cargos comissionados no PCCS - Plano de Carreira,
230 Cargos e Salários, fato que fez esta comissão solicitar alteração do PCCS, em relação aos

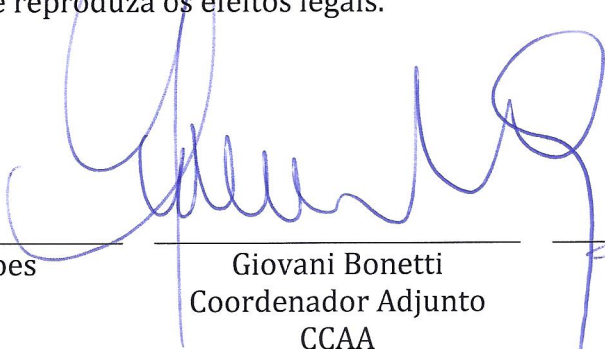
**Continuação da Ata da 10ª Reunião ordinária da Comissão de Contas e Atos Administrativos**

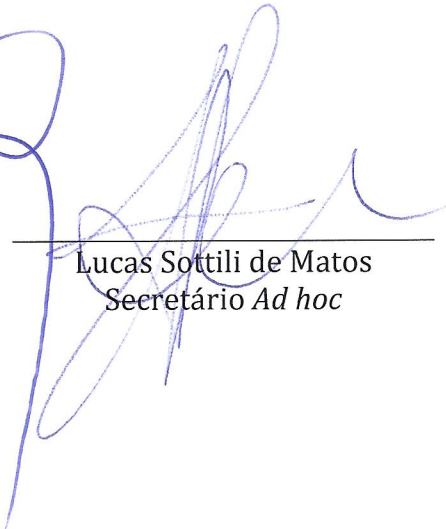
231 cargos comissionados e funções gratificadas, seja realizado e apresentada até 14 de
232 novembro de 2014. **6.3 Revisão do Regimento Interno:** O Gerente Geral abordou o
233 tema da revisão do regimento interno, explanando sobre as necessidades de alterações:
234 1) modificar a periodicidade do Congresso Estadual de Profissionais para trienal; e 2)
235 definir o responsável pelas assinaturas durante o período de transição de uma Gestão
236 para outra. Giovani, assim, solicitou que seja realizada uma consulta ao setor jurídico a
237 fim de verificar se essas questões poderiam ser tratadas por uma portaria normativa
238 homologada em plenária, uma vez que qualquer alteração diretamente no regimento
239 interno no final da atual Gestão não seria adequada. Igualmente, entendeu a comissão
240 ser interessante uma consulta ao advogado que elaborou tal regimento. **6.4.**
241 **Orçamento 2015:** Em continuidade, Fernanda iniciou a apresentação das peças que
242 compõem o orçamento 2015 destacando o cálculo adotado para estimar o superávit do
243 exercício 2014. Fernanda aprofundou a explicação relatando que, uma vez que os
244 relatórios de inadimplência gerados pelo SICCAU não são confiáveis, foi realizado
245 esforço para que a estimativa reflita valores mais próximos à realidade. Assim, adotou-
46 se que arquitetos com débito de anuidades cumulativamente para os exercícios 2012,
247 2013, 2014 não serão considerados no cálculo de anuidades a receber. Giovani
248 demonstrou a preocupação com as questões contábeis e jurídicas sobre a
249 inadimplência sem a interrupção, e desdobramentos jurídicos que possam ser
250 originados pelo desprezo dos valores de inadimplentes no orçamento de 2015,
251 enfatizando a obrigação do CAU/SC realizar essa cobrança. Márcio e Filipe informaram
252 que o esforço realizado não representa a renúncia dessa receita, mas que se buscou
253 trabalhar com um cenário mais conservador e realista para o superávit de 2014, e
254 ainda que tal levantamento de profissionais poderiam motivar ações para recuperação
255 dos inadimplentes. Com a explicação, Giovani entendeu e concordou com os valores,
256 mas ressaltou a importância de não desconsiderar os valores, utilizando como base o
257 Código Civil Brasileiro para sua argumentação. Então, Fernanda esclareceu os valores
258 referentes aos inadimplentes serão confirmados no fechamento do balanço de 2014.
259 Na sequência, a Gerente Financeira apresentou o orçamento total do ano de 2015 para
260 em seguida apresentar os Planos de Ação com Dotação Orçamentária Global
261 perfazendo o montante de nove milhões, cento e vinte e cinco mil, quinhentos e sete
52 reais e cinco centavos (R\$ 9.125.507,05), sendo cinco milhões, seiscentos e oitenta e
263 três mil e três reais (R\$ 5.683.003,00) como receita corrente e três milhões,
264 quatrocentos e quarenta e dois mil, quinhentos e quatro reais e cinco centavos (R\$
265 3.442.504,05) como receita de Capital. Ao analisar os valores dos itens orçamentários e
266 depois de debater com os demais membros, o coordenador adjunto propôs as
267 seguintes alterações: 1) Aumento em oitenta mil reais (R\$ 80.000,00) no Plano de Ação
268 “Gestão Estratégica”; 2) Classificação dos Planos de Ação pertencentes às comissões
269 temporárias alocadas em Unidade Organizacional denominada “Comissões
270 Temporárias” até que sejam decididas as comissões do mandato 2015-2017; 3)
271 Destinação de vinte mil reais (R\$ 20.000,00) para Despesas Correntes no Plano de Ação
272 “Reformar a Sede Provisória do CAU/SC; 4) Aplicação de oitenta mil reais (R\$
273 80.000,00) no Plano de Ação “Encontro Anual de Arquitetos e Urbanistas” 5) O
274 Aumento para seis mil reais (R\$ 6.000,00) Plano de Ação “Manter e Desenvolver as
275 Atividades da Comissão do Plano Diretor Participativo”. Por fim, Giovani expressou sua
276 não concordância com o fato da premiação do TCC estar incluída no Gabinete do
277 presidente, considerando que aquela faz referência a CEEP. **6.5 Apreciação de**

**Continuação da Ata da 10ª Reunião ordinária da Comissão de Contas e Atos Administrativos**

278 **assuntos extra pauta. 6.5.1 Leitura de extrato de correspondências expedidas ou**
279 **recebidas:** O gerente geral Márcio Bittencourt apresentou duas correspondências
280 recebidas pelo CAU/SC. A primeira tratava-se de um Ofício da Prefeitura Municipal de
281 Florianópolis, da data de dezenove de setembro de dois mil e quatorze, referente à
282 solicitação de correção de edital de Concurso Público, em atendimento ao Edital de
283 Convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Florianópolis - PMF - e Associação
284 Catarinense de Engenheiros - ACE. Apesar de não concordar com o trâmite efetuado
285 pela PMF, a comissão recomendou a indicação 01 (um) Arquiteto Urbanista para
286 compor a Comissão de Avaliação de currículos de 10 (dez) profissionais (engenheiros
287 civis e arquitetos urbanistas) que irão ser contratados pela ACE. Já a segunda
288 correspondência referia-se a uma solicitação de um conselheiro, Jorge Reinesk, para
289 indicação de um profissional para o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de
290 Lages - COMPAC. Diante da solicitação, os membros recomendaram que o CAU/SC
291 delegue ao IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil) de Lages a possibilidade de indicar
292 o profissional que o representará no COMPAC. Nada mais havendo a tratar, o
293 Coordenador adjunto Giovani Bonetti, declarou encerrada às doze horas e quarenta e
294 cinco minutos a décima Reunião Ordinária da Comissão de Contas e Atos
295 Administrativos do CAU/SC. Para constar, eu, Lucas Sottili de Matos, assistente
296 administrativo do CAU/SC, nomeado Secretário *Ad hoc*, lavrei a presente Ata que será
297 rubricada em todas as suas páginas e, ao final, assinada por mim e pelos membros da
298 Comissão, para que reproduza os efeitos legais.



Décio Gomes Goes
Conselheiro

Giovani Bonetti
Coordenador Adjunto
CCAA

Lucas Sottili de Matos
Secretário *Ad hoc*